

## Editorial

### Alketa Peci

Fundação Getúlio Vargas / Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas  
Rio de Janeiro / RJ — Brasil

O ano 2017 marca dois momentos importantes para a RAP: seu aniversário de 50 anos e sua transformação numa revista publicada exclusivamente online, em versão bilíngue: português-inglês. A partir de hoje a RAP não será apenas a RAP — *Revista de Administração Pública*, mas também a RAP — *Brazilian Journal of Public Administration*. Essa mudança materializa o objetivo da revista de se consolidar como um periódico acadêmico de administração pública *brasileira* que busca expandir sua contribuição acadêmica além das fronteiras nacionais.

Muda a forma, buscando, acima de tudo, qualificar ainda mais o conteúdo das contribuições veiculados na RAP, publicando artigos que trazem reforços substancialmente para temas transversais de administração pública, no contexto nacional e internacional.

Entretanto, a qualidade não é um objetivo dos mais fáceis a alcançar. A peculiaridade dos artigos que cada número da RAP apresenta ao leitor depende de um conjunto de esforços de uma comunidade, por vezes, invisível, de pareceristas, editores adjuntos, autores e leitores que contribuem sistematicamente para a revista. A qualidade depende também de uma mudança cultural de todos os envolvidos, respeitando o processualismo do *blind-review*, encaminhando pareceres detalhados e construtivos que busquem desenvolver o potencial de um manuscrito submetido à revista e respondendo com revisões substanciais do trabalho a esses pareceres, evitando o “faz de conta”: todo esforço em busca de um produto final mais sólido que contribui para o saber em administração pública.

Desde os primeiros editoriais sob a minha responsabilidade, destaquei que meu compromisso maior era com a qualidade dos artigos aprovados, e com o incentivo a um processo gradual de mudança cultural em busca de maior qualificação. Não precisamos de mais artigos publicados; o Brasil conta hoje com mais de 100 revistas acadêmicas, um número que, por si, já muito diz respeito à busca desfreada para publicações.

Neste primeiro editorial de 2017, gostaria de destacar o trabalho e a dedicação dos avaliadores da RAP. Com a ajuda da Eliane Barbosa da Conceição (Apoio Editorial), busquei avaliar de forma criteriosa cada um dos pareceres recebidos ao longo de 2016, verificando a profundidade das críticas, o teor das recomendações, o tom construtivo das avaliações e o acompanhamento destes após recebimento dos artigos revisados. Optei por divulgar os 10 melhores avaliadores, pesquisadores *seniors and juniors*, como uma forma de evidenciar a diversidade dos avaliadores que contribuem para a revista.

Logo, publicamos neste número, junto com o meu profundo agradecimento, os 10 avaliadores que se evidenciaram pela qualidade e quantidade dos pareceres que subsidiaram as decisões editoriais da RAP.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-761212017>



Anelise Graciele Rambo  
*Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)*  
*Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)*

Catarina Segatto  
*Fundação Getulio Vargas/Eaesp*

Ciro Campos Christo Fernandes  
*Escola Nacional de Administração Pública (Enap)*

Diego Araujo Reis  
*Universidade Federal de Sergipe (UFS)*

Hugo Consciência Silvestre  
*Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)*

José Paulo Cosenza  
*Universidade Federal Fluminense (UFF)*

Juliana Arcoverde Mansur Kopp  
*Fundação Getulio Vargas/Ebape*

Liliane Magalhães Girardin Pimentel Furtado  
*Fundação Getulio Vargas/Ebape*

Renata Mirandola Bichir  
*Universidade de São Paulo (USP)*

Tomas de Aquino Guimarães  
*Universidade de Brasília (UnB)*

Introduzindo o primeiro número de 2017, destaco que a área de administração pública ainda precisa de pesquisas que consolidem e aprofundem os debates teóricos e práticos que a distinguem como um campo específico de conhecimento. E a *burocracia*, tema que permeia as contribuições reunidas no primeiro número da RAP bilíngue online, é um desses temas persistentes em pesquisas do nosso campo. O número de hoje reúne uma série de contribuições que discutem os multifacetados ângulos do estudo da(s) burocracia(s): seu papel nos vários níveis federativos, seu processos (diferenciados) de profissionalização, as especificidades de burocracia de rua em processos de implementação de políticas públicas e discussões mais amplas sobre a relação da burocracia com a capacidade do Estado de gerar e implementar políticas específicas.

A persistência do tema de burocracia nos estudos de administração pública é natural, considerando que se trata do braço executivo do governo, definido como governo em ação (Wilson, 2002). Mas, onde este quarto poder busca suas fontes de legitimidade? De fato, os administradores públicos

não eleitos — os burocratas — legislam, fazendo regras que por vezes têm mais poder de *enforcement* que as próprias leis; implementam regras (executem) e adjudicam questões relacionadas com sua aplicação e execução (função do Judiciário), colapsando, na prática, o ideal da separação dos três poderes (Roosenbloom, 1983). Eficiência, neutralidade, universalização, democratização são alguns dos valores que sustentam sua legitimidade, mas têm sido historicamente disputáveis, como vários artigos deste número implícita ou explicitamente discutem.

Desejo uma boa leitura!

Alketa Peci  
Editora-chefe

## REFERÊNCIAS

ROOSENBLUM, David. Public administrative theory and the separation of powers. *Public Administration Review*, v. 43, n. 3, p. 219-227, maio/jun. 1983.

WILSON, Woodrow. The study of public administration. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C.; PARKES, Sandra J. *Classics of public administration*. 5. ed. Belmont: Thomson-Wadsworth, 2002. (Fonte original: *Political Science Quarterly*, v. 2, jun. 1887.)

### **Alketa Peci**

Doutora em administração e professora associada da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Editora-chefe da *Revista de Administração Pública* (RAP). E-mail: alketa@fgv.br.